

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.068 - PR (2019/0216368-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : FERNANDA CLAUDIA ROZZA WITHERS
ADVOGADO : PEDRO SAAD WEINHARDT - PR041373
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Fernanda Cláudia Rozza Withers** contra decisão que não conheceu do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) ausência de prequestionamento; e (II) incidência das Súmulas 284/STF e 7/STJ.

Alega a parte embargante que restou omissa e contraditória o julgado, sob as alegações de que *"a questão impugnada por meio do recurso especial foi apreciada expressamente pelo Tribunal a quo, não havendo a supressão de grau aventada. (...) O dispositivo de cuja violação se verifica é a base de sustentação da tese recursal apresentada no recurso especial, pois o que se requer é a aplicação do Tema 531 ao presente caso, com a declaração da irrepetibilidade de valores. O desrespeito do acórdão a quo à jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, por meio do Tema 531 pode ser demonstrada com a fundamentação apresentada, os artigos citados e as jurisprudências indicadas, nos termos do art. 105, III, a e c, da Constituição Federal. O acórdão recorrido pode ser reformado pela simples aplicação do Tema 531, pois já reconhecida a boa-fé da embargante pelo Tribunal a quo, sequer necessitando de reapreciação de provas apresentadas. (...) O Recurso Especial foi interposto com base no art. 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição Federal. Ou seja, não está somente fundamentado na alínea c. Mesmo que assim fosse, o recurso indica claramente o dispositivo federal (art. 1.036 do CPC) e a divergência jurisprudencial, conforme petição apresentada, estando em conformidade com o dispositivo constitucional."* (fls. 430/431)

As razões do recurso não foram impugnadas.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para corrigir erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Com efeito, ficou devidamente consignado na decisão embargada que *"o Tribunal de origem não examinou a controvérsia sob o enfoque do dispositivo legal apontado como violado (art. 1.036 do CPC/2015), apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ (...) Ainda que assim não fosse, nota-se que o referido dispositivo legal não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto a incidência da Súmula 284/STF (...) Do mesmo modo, na interposição do recurso especial com base na alínea c do permissivo constitucional é imperiosa a indicação do dispositivo federal sobre o qual recai a suposta divergência jurisprudencial, o que não ocorreu no caso em tela. Assim, não pode ser conhecido o presente recurso especial, nos termos da Súmula 284/STF (...) a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ."* (fls. 424/426)

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões/contradições do *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpida no art. 543, §1º do CPC.

3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1471797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator